

POLÍTICAS PÚBLICAS: UM NOVO OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO

João Vitor Menezes dos Santos; Rosemary Meneses dos Santos; José Roberto Menezes dos Santos; Karla Adriana Batista de Jesus; Maria dos Navegantes Veras da Cunha.

Universidade Estadual do Piauí-UESPI; Universidade federal do Piauí-UFPI; Faculdade Internacional do Delta – INTA/FID; Universidade Estadual do Piauí; Universidade federal do Piauí-UFPI
enf.jpmenezes@hotmail.com; rosemary-phb@hotmail.com; robertomenezesphb@hotmail.com;
karla.abj14@hotmail.com; navinha@bol.com.br

RESUMO: Pensar em uma sociedade com direitos e deveres de exercer sua cidadania é compreender o sistema educacional brasileiro como um instrumento principal de transformação de cada indivíduo. Com este olhar não poderíamos deixar de mencionar a relevância de se criar políticas públicas que colaborem para o desenvolvimento de uma nação consciente e protagonista deste crescimento. Esta pesquisa traz como objetivo central: investigar os tipos de políticas públicas existentes e suas contribuições em práticas significativas de transformação no contexto educacional brasileiro. Priorizar o combate às desigualdades sociais é um dos caminhos fundamentais a promover a educação de qualidade como um direito social. Acreditando no potencial da educação como fonte de emancipação de um país. A pesquisa é de cunho bibliográfico, utilizando para este estudo, análises de livros, sites, artigos entre outros recursos que favoreçam o conhecimento e o discorrer sobre o tema em estudo. A ausência de aplicabilidade de políticas públicas no cotidiano da educação é algo que vem trazendo reflexões da sociedade em compreender os motivos de tantas leis, mas poucas práticas no dia a dia da população, que necessitam de uma educação de qualidade. Percebeu-se durante os estudos e vivenciando as transições atuais que passa o Brasil em nível nacional, o país necessita viabilizar governantes, gestores, família e demais órgão civis a participar e tornar a educação plena a todos os cidadãos brasileiros.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Educação. Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

Compreender a educação como ferramenta necessária, capaz de desenvolver seres pensantes, críticos, participativos e construtores de seu próprio eu e do meio social, é relevante, pois viabiliza uma sensibilidade de perceber que, para o crescimento socioeconômico de um país, com uma sociedade democrática de direitos, se faz necessário políticas públicas que oportunizem a cada cidadão fazer parte desta transformação, independente das suas crenças, posição econômica, raças e especificidades. Assim, instigou-se o conhecimento sobre quais as políticas públicas que favorecem uma qualidade na educação como direito de todos?

Diante do problema, devemos refletir a posição educacional do país em seus diversos níveis, valorizando a educação com qualidade. A pesquisa tem como objetivo geral: investigar as políticas públicas existentes e suas contribuições em *práxis* significativas de transformação no contexto educacional brasileiro. Como objetivos específicos: analisar as políticas públicas criadas para educação brasileira e sua prática com um olhar emancipador, conhecer os serviços propostos pelo sistema educacional brasileiro como forma de emancipação social. O saber é requisito para anular as desigualdades reinantes em qualquer país, porém não basta somente estudar é preciso ter aprendizagem. Para Azevedo (2004, p. 38): as “políticas públicas são tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. No entanto, não há mudanças sociais sem a participação da sociedade e elas só acontecerão através da educação.

Vale ressaltar o papel da educação para um meio viável de possibilidades, garantindo aos seus integrantes, vivenciar situações de interação, comunicação e lutas incansáveis de colocar uma gestão democrática, capazes de integrar o homem como o alvo de todo um processo de crescimento nos mais diversos espaços da sociedade com serviços de saúde, educação, segurança, trabalho, dentre mais. Com esta visão, o meio deve ser marcado pela necessidade de promover a população a adquirir conhecimentos, conscientizando-os do poder da educação para democratização e reconstrução de políticas públicas que valorize cada família, profissionais como fonte de mudanças no cotidiano de crianças, meninos, jovens e adultos.

2 METODOLOGIA

Compreender a construção de um estudo que alcance resultados concludentes e reais do problema elencado, o pesquisador necessitará ter bem claro o que realmente quer estudar. Um pesquisador ao buscar respostas as indagações que lhe aflige, leva-o ao mundo desconhecido com desafios complexos de encontrar um caminho que possa oferece-lhe respostas de acordo com o tema proposto. A metodologia é uma ferramenta que organiza os caminhos do pesquisador, possibilitando a ele suporte em verificar e adquirir conhecimentos segundo suas inquietações. (UNOESC, 2006): “Metodologia Científica é a disciplina que “estuda os caminhos do saber”, entendendo que “método” representa caminho, “logia” significa estudo

e "ciência", saber". A pesquisa é de cunho bibliográfico, descritiva, tendo como coletas de informações artigos com códigos científicos, livros, sites. Teve uma abordagem qualitativa com a contribuição de Azevedo (2004), CF (1988), LDB (1996), Souza (2006) e outros.

2 A CONSTITUIÇÃO E SEU OLHAR PARA EDUCAÇÃO

Muitos são as definições que nos leva a verificar o significado real do que se quer entender. Falar de políticas públicas é conhecer primeiramente sua definição para a partir dela enlanguescer novos saberes. Segundo a constituição federal (BRASIL, 2008) são leis, decretos, incisos e outros recursos criados com a intenção de colocar na sociedade regras a serem cumpridas, almejando qualidade de vida aos cidadãos de cada país. A definição é vasta, não sendo confinado a uma única área de conhecimento. Corresponde à aplicabilidade de decisões e intervenção na realidade social.

Dentre a diversidade de ações, especificamos a educação, por ela ser fundamental na consolidação de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, corroborando no avanço a equidade social, fundamentando as circunstâncias históricas das transformações das pessoas dentro e fora da escola. Os sistemas de ensino evidenciam em seus caminhos de atuação a obrigação de confrontar e refletir as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las. Nessas concepções as políticas públicas, tendem a criar e agir com um conjunto de ações, programas e atividades, que garanta a difusão de conhecimentos científicos e humanos, como instrumentos essenciais a vida em sociedade.

Colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 25)

Pensar em uma sociedade em desenvolvimento, não poderíamos deixar de elencar a participação de entes públicos e privado na intenção de viabilizar ao indivíduo seu acesso na construção de sua própria autonomia através do ensino, determinando seguimento social, cultural, étnico e econômico. O homem como ser pensante, crítico e ativo não pode ser tirado

seus direitos de torná-los mais sábios a partir da educação.

As políticas públicas voltadas a Educação, são ações de possibilitar o desenvolvimento do ensino, aprendizagem, valores, competências e habilidades que leve o aluno à realização pessoal, conseguindo autonomia sobre se, para depois intervir no meio social seja na família, escola, trabalho entre outros espaços. Essas entidades são ambientes de desenvolver o ato educativo e tem como função a preservação, a transmissão e transformação cultural no desenvolvimento do aluno.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU OLHAR PARA EDUCAÇÃO

A educação é fundamentada na consolidação dos direitos humanos, que conjugam igualdade e diferença como valores indissociáveis, corroborando no avanço a equidade aos cidadãos. Os sistemas de ensino evidenciam em seus caminhos de atuação a obrigação de confrontar e refletir as práticas discriminatórias e criar políticas públicas para superá-las. (...) Podemos, então, definir que as “políticas públicas constituem-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. (SOUZA, 2006, p. 25).

O homem como ser pensante, crítico e ativo não pode ser tirado seu direito de torná-lo mais sábio a partir da educação. Nesta concepção, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, em seus artigos 205 a 214, o respeito a diversidade com o intuito de crescimento que disponibiliza recursos, estruturas físicas, pedagógicas e humanas. Além de colocar como meta a valorização de um sistema democrático, favorecendo a todos seu acesso e permanência a educação. No Art. 205, temo que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...)”. (BRASIL, 2008, p.120).

Com a CF de 1988, o Brasil alterou mudanças significativas no processo de ensino aprendizagem. Criando mecanismo que desenvolvessem na educação, instrumentos capazes de superar os baixos índices de aprendizagem que afligem a população brasileira em todas as regiões brasileiras. Saviani (2007) destaca que o Plano Nacional de Educação-PNE, em sua premissa coloca a obrigação de “Todos Pela Educação”, esta proposta veio ao encontro das queixas da sociedade pela qualificação da Educação brasileira, frente aos índices alarmantes de fracasso escolar apontados por indicadores nacionais e internacionais. (BRASIL, 2015, p. 9). O PNE não nasceu pronto. Para virar realidade e

não repetir o destino do plano da década passada, é preciso que a sociedade acompanhe e cobre, diariamente, sua execução.

No Brasil a educação enfrenta desafios ainda não superados, com repetência e altas taxas de evasão, analfabetismo funcional, valorização de professores; infraestrutura inadequada e, a contradição entre acesso, permanência e sucesso escolar, já que, o ingresso nas escolas do país não tem mostrado resultados tão positivos ao processo de alfabetização, elencando este um dos maiores impasses na educação. Nesta visão, todos devem analisar criteriosamente as problemáticas que poderá alterar a vida diária da população.

4 CONCLUSÃO

Trabalhar o tema Políticas Públicas no contexto educacional, oportunizou refletir sobre os conhecimentos e desafios que a educação enfrenta, necessitando colocar veementemente práticas de ações, programas e atividades significativas no desenvolvimento de ampliar o acesso, permanência e dinamismo no processo de ensino/aprendizagem, nas mais diversas modalidades de ensino, ressaltando a importâncias de todas as esferas sociais, na praticidade de políticas públicas voltadas à educação e sua execução com a participação de todos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, 2012.

_____. **Plano Nacional de Educação**: 21 especialistas analisam as metas para 2024/ Organização Canal Futura, Instituto Ayrton Senna. — São Paulo: Fundação Santillana: Moderna, 2015.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB [recurso eletrônico]**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 12. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, 2016. – (Série legislação; n. 254).

LAKATOS, EVA MARIA. **Fundamentos de metodologia científica I** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MANTONA, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar- **O que é? Porquê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

Metodologia científica: **educação a distância** / (coord.) Ardinete Rover. – Joaçaba : UNOESC, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.